PERSPECTIVAS

Novos tempos da Agricultura

Fetaep e Ocepar defendem atenção especial para a questão social

Vânia Casado
(Curitiba-PR)

Passado o clima de euforia e otimismo com as trocas de governos federal e estadual, chegou a hora de fiscalizar as promessas de campanha. A expectativa das principais entidades representativas da agricultura paranaense defendem maior participação das decisões políticas e econômicas.

A curto prazo, a unanimidade está em torno da extinção da TR, que já acumula uma correção de 25% a 30%, em relação aos preços mínimos fixados desde a implantação do Real. No Paraná, Ocepar e Faep garantem que não existe nenhuma atividade no mundo mais rentável que o indexador. "Nem vendendo cocaína conseguiríamos rentabilidade tão alta", comparou Dick Carlos de Geus, presidente da Ocepar.

Para aumentar a produção agrícola e avançar dos atuais 70 milhões de toneladas de grãos para 100 milhões de toneladas, em pouco tempo, a Ocepar reivindica a desoneração de tributos sobre a produção agrícola. De Geus avalia que o peso dos tributos na produção de alimentos incide em 30% no custo final, enquanto que em outros países não ultrapassa 5% ou 6%.

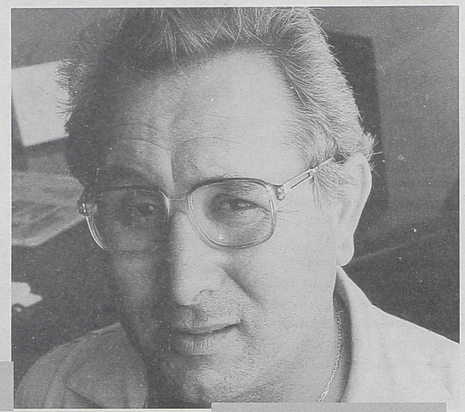
O presidente da Ocepar argumenta que a economia passou a ser globalizada, abriu-se mais ainda com a implementação do Mercosul e essas mudanças podem inviabilizar a competitividade da produção nacional, se as regras do sistema financeiro e fiscais não se enquadrarem aos moldes internacionais.

Outra preocupação das cooperativas do Paraná, principalmente aquelas que trabalham com produtos de exportação, é com a defasagem do câmbio, estimada em 17% ou 18%, cujo resultado é a perda do poder de barganha no mercado internacional. A valorização do Real provocou redução drástica da margem de ganho do setor exportador e estão mantidos apenas os contratos que precisam ser honrados, disse De Geus. Acrescentou que o setor mais prejudicado é o de carnes.

Do governo estadual, a Ocepar espera a melhoria do setor de transportes, cuja ineficiência e atraso estão onerando os custos de produção, eliminando os ganhos de produtividade e investimentos em tecnologia. O custo do frete é muito alto, disparou De Geus.

A Ocepar aponta investimentos na modernização do Porto de Paranaguá e na construção de mais rodovias e ferrovias no Estado como investimentos que devem ser promovidos pela gestão Jaime Lerner. Segundo o representante da entidade, só a Ferroeste não resolve o problema para baratear o custo do transporte, que é quatro vezes maior em relação aos países industrializados, comparou. Segundo De Geus, o Estado precisa de mais ramais ferroviários e também de estradas conservadas para o escoamento da produção.

Mas, lembrou De Geus, as cooperativas estão confiantes na capacidade e credibilidade que Lerner tem no exterior para buscar os recursos necessários para os novos empreendimentos.



De Geus: Contra a TR e os altos impostos.

Reforma agrária

Representando cerca de 1,2 milhão de pequenos produtores e trabalhadores rurais no Paraná, a Fetaep se prepara para cobrar, segundo a entidade, uma das principais promessas de campanha de Fernando Henrique Cardoso, que é o de assentar 280 mil famílias até 1988, em todo o país.

Antonio Lucio Zarantonello, presidente da Fetaep, disse que o governo federal tem um mês para responder como pretende realizar a reforma agrária, ou seja, até a realização do VI Congresso Nacional das Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade que congrega 24 federações brasileiras, que representam cerca de 10 milhões de trabalhadores rurais e pequenos produtores no país.

Zarantonelo: pequeno produtor à margem da modernidade.

Neste Congresso, a Contag quer discutir também política agrícola, previdenciária, sindical e todas as questões nacionais que envolvem o cidadão comum. Zarantonello disse que a Fetaep quer ver o governo federal envolvido em estabelecer uma política agrícola diferenciada para mini e pequenos agricultores, condenados à extinção com a abertura do mercado.

Capacitação administrativa

Na esfera estadual, a Fetaep espera que o novo governo manifeste empenho em promover a capacitação administrativa do pequeno produtor. Justificou que a necessidade de qualidade na produção agrícola e maior uso de tecnologia esbarra na falta de visão administrativa do agricultor. Zarantonello salientou que os pequenos produtores sempre estiveram prontos para o trabalho duro e pesado, consumindo com isso quase todo o tempo. Estão completamente despreparados quando se fala em rentabilidade e aumento de produtividade.

Segundo Zarantonello,a modernidade dos novos tempos exige que o pequeno e mini-produtor esteja atualizado com o mercado. Acontece que a agricultura tradicional deixou este segmento desassistido neste setor e por isso é o maior prejudicado pela globalização do mercado. Argumentou que na faixa de médios e grandes produtores rurais o despreparo já não ocorre, sendo que muitas vezes o atendimento técnico está dentro da própria família, porque o agricultor se prepara mais e enviou seus filhos para estudar.

A Fetaep aplaude a iniciativa de Lerner de criar as vilas rurais, compromisso de campanha do governador. Zarantonello lembrou que quase 300 sindicatos de trabalhadores rurais no Paraná querem participar e discutir a execução deste programa. Destacou que os projetos não devem se restringir aos gabinetes, mas passar pela comunidade até para ser criticado de forma construtiva, observou. ■

POUSADA
FAZENDA SANTA HELENA

Passeios a cavalo, rio, corredeiras (boia-cross) pescaria, cachoeiras • Refeição caseira • Delicioso Cardápio • Sua família tem toda privacidade de uma pousada só para si.

à 27 km de Guarapuava

Faça já sua reserva: (041) 224-4556 com Flávio - fax 226-1545

VILAS RURAIS

O bóia-fria de volta às origens

Numa primeira etapa, 500 famílias vão ter casa perto do local onde trabalham

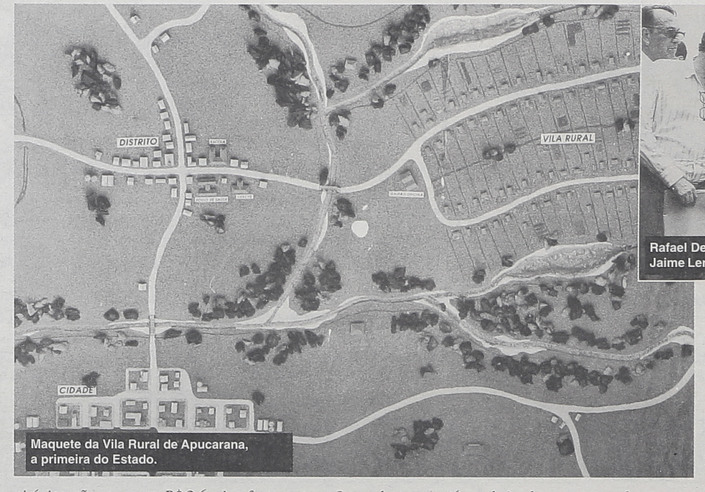
Roberto Nicolato
(Curitiba-PR)

O projeto das Vilas Rurais já começa a sair do papel. Na semana passada, o governador Jaime Lerner e o secretário de Política Habitacional, Rafael Dely, lançaram em Apucarana as dez primeiras Vilas que vão abrigar 500 famílias de bóias-frias em diferentes regiões do Paraná. O programa tem como objetivo não só oferecer moradia, mas dar condições aos trabalhadores volantes de produzir para o seu sustento nos períodos de entressafra, quando muitas famílias acabam ficando marginalizadas e sem empregos.

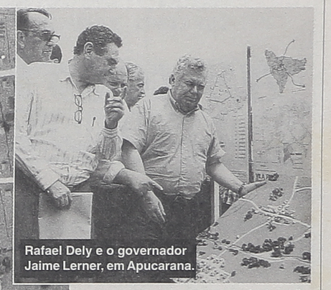
A Vila Rural da Gleba Nova Ucrânia, a primeira ser implantada, fica numa área de 25 alqueires, desapropriada há dois anos pela Prefeitura de Apucarana. Vai abrigar 50 famílias, que hoje moram na periferia da cidade. Os outros nove prefeitos também já cederam as áreas para execução do programa nos municípios de Bituruna, Goioerê, Pitanga, Toledo, Santo Antônio do Sudoeste, Tibagi, Manoel Ribas, Santo Antonio da Plantina e Reserva. As Vilas Rurais serão construídas próximas aos distritos e estradas vicinais e vão contar com infra-estrutura como água, luz e arruamento.

Em apenas um mês do novo governo, o secretário de Política Habitacional, Rafael Dely, já recebeu a visita de mais de 200 prefeitos interessados em participar do Programa Vilas Rurais. Segundo ele, a meta é implantar 60 mil lotes, nos próximos quatro anos, para atender a todos os municípios onde vivem os bóias-frias.

O secretário Rafael Dely diz, no entanto, que o cumprimento desta meta vai depender de recursos. Por isso, o governo do estado vai manter negociações para conseguir financiamentos do Banco Mundial e do governo federal, através do Sistema Financeiro da Habitação. Para implantar as 400 moradias nos dez primeiros municípios, vão ser gastos R$ 2,6 milhões do tesouro estadual e também da participação dos municípios.



Maquete da Vila Rural de Apucarana, a primeira do Estado.



Rafael Dely e o governador Jaime Lerner, em Apucarana.

O projeto

De acordo com o projeto, cada família de bóia-fria vai dispor de uma área de cinco mil metros quadrados para construir a moradia, produzir hortigranjeiros ou criar pequenos animais. Cada Vila terá no máximo 200 unidades. A renda exigida varia de um a três salários mínimos. O prazo de pagamento é de 25 anos e as prestações não podem ultrassar 20% da renda salarial. No primeiro ano, os trabalhadores vão pagar uma prestação simbólica e durante um prazo, de pelo menos cinco anos, a casa não poderá ser vendida.

O programa das Vilas Rurais será executado pelas Secretarias de Habitação e de Agricultura e Abastecimento (Seab) junto com as prefeituras. A Seab vai acompanhar todo o sistema de produção, ajudar na comercialização do excedente e promover o associativismo entre as famílias.

As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias, doação dos terrenos e parte da infra-estrutura. Segundo o secretário da Habitação, Rafael Dely, serão construídas casas de 35m², com espaço para garantir habitabilidade imediata. "É um embrião básico, que com o tempo poderá ser ampliado de acordo com as necessidades das famílias", afirma.

O secretário Rafael Dely pretende colocar em prática nas Vilas Rurais o sistema de "Autoconstrução", uma experiência que foi adotada quando era presidente da Cohab de Curitiba, entre 79 e 82. "Através deste sistema, cada família constrói a sua própria moradia de acordo com a sua cultura e personalidade. Pode contratar um pedreiro da região e assim gerar empregos no mercado informal", enfatiza Dely.

Segundo ele, no sistema de mutirão uma casa leva até dois anos para ser construída. As famílias são obrigadas a erguer todas as casas, que são padronizadas, e não sabem em qual delas vão morar. "Na "autoconstrução" as casas podem ficar prontas num prazo entre três e seis meses. As pessoas trabalham com mais entusiasmo e dedicação porque estão construindo a sua moradia", explica.

A implantação das Vilas Rurais, segundo Rafael Dely, é uma tentativa do governo do estado de dar uma resposta digna à questão do bóia fria, que fica sem emprego durante a entressafra. Além disso, o projeto tem como objetivo fazer com que as famílias criem raízes na zona rural, impedindo que deixem o campo para viver, na maioria das vezes, em condições subhumanas nas favelas das grandes cidades.

Êxodo rural começou na década de 70

O êxodo rural no Paraná começou na década de 70 com o processo de mecanização das lavouras e implantação das culturas de exportação, como por exemplo a soja. Famílias de pequenos produtores e bóias-frias acabaram migrando para o Paraguai, Mato Grosso, Rondônia em busca de uma vida melhor na agricultura ou foram morar na periferia das grandes cidades, se transformando em assalariados urbanos.

A concentração do número de propriedades nas mãos de poucos produtores é o que mostra o censo agropecuário de 75. Em 1970, por exemplo, o Paraná contava com 995.272 estabelecimentos agrícolas, numa área de 1.575.000 hectares, para 13 grandes propriedades, numa área de 438 mil ha. Cinco anos depois, as pequenas propriedades eram 237.865, numa área de 1.289.000 hectares para 28 grandes proprietários, numa área de 691 mil ha.

Em 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaep) informava que no Paraná cerca de 1.500.000 trabalhadores rurais eram classificados como: 800 mil bóias-frias; 400 mil assalariados permanaentes; 100 mil parceiros, meeiros e arrendatários; e somente 200 mil pequenos proprietários. Nos últimos anos, a drástica redução no plantio de algodão, devido às importações subsidiadas, tirou milhares de empregos no campo. O êxodo rural também pode ser medido através do fechamento de grande número de escolas no campo.

TECFAR EQUIPAMENTOS

Laramar

Alfa Laval Agri ORIGINAL

MINI-LATICÍNIOS, EMBALADEIRAS, RESFRIADORES, TANQUES BOMBA PARA PRODUÇÃO DE LEITE, PEÇAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Av. Tancredo Neves 2791 Fone/Fax 045-2246643 - Cep 85804-260 - Cascavel/PR

ACERVO HISTÓRICO MUSEU DE CAMPO MOURÃO